

Credores só negociarão após a Constituinte

Bancos informam a Bresser que rejeitarão a proposta brasileira de rolagem da dívida

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Washington — Os bancos credores não só vão rejeitar na sexta-feira a primeira proposta brasileira de renegociação da dívida externa como, também, já informaram ao Governo que não estão com pressa e talvez prefiram esperar o término da Constituinte para então fechar o acordo com o País, como admitiu ontem o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que participou da abertura da 42ª Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

“Certo que eles não vão concordar com a nossa proposta é possível que apresentem uma contraproposta, mas acho que deveriam ir com calma porque qualquer negociação implica em concessão dos dois lados. Nós estamos dispostos a fazer isso mas também estamos absolutamente firmes quanto à necessidade de haver um avanço em relação aos acordos feitos com a Argentina, o México e as Filipinas, que estão insatisfeitos com os resultados”, advertiu o ministro, que hoje volta ao Brasil.

Pela primeira vez ele reconheceu que a indefinição da política brasileira pode atrasar a renegociação da dívida. “Os banqueiros acham que vai ser difícil fazer um acordo e que talvez seja melhor esperar que a Constituinte termine o seu trabalho”, explicou Bresser Pereira, acrescentando que agora eles ainda não pediram nenhum

pagamento imediato dos juros suspensos desde a moratória de fevereiro. “Mas certamente vão dizer que querem isso”, previu.

Quando isto ocorrer — e pode ser na segunda reunião com o Comitê de Assessoramento, na sede do Citicorp, em Nova Iorque, na sexta-feira, o Governo brasileiro pretende discutir a possibilidade de acordo com parâmetros que já definiu. “Vamos discutir se faremos ou não o pagamento e em que condições”, observou Bresser, acrescentando que só vai considerar esta hipótese “se eles estiverem negociando ativamente conosco”. Ele recebeu ontem a visita de alguns banqueiros, inclusive do Manufactures Hanover.

O ministro chama a atenção para o fato de que os bancos também têm suas dificuldades, pressionando em favor de um acordo, a começar pela data em que a comissão de regulamentação bancária dos Estados Unidos deve decidir se os juros não recebidos do Brasil implicam ou não em reclassificação para baixo dos créditos do País. “Vamos ver o que vai acontecer no dia 26 de outubro”, observa Bresser, lembrando que o segundo problema dos bancos é a sua necessidade de lucros. “E para ter lucros é importante que o sistema de financiamento ao Brasil volte a se regularizar” — ensina o ministro, para quem mais importante do que fechar logo a renegociação é obter um bom acordo.

“O fundamental para o Brasil não é fazer um acordo rápido, mas sim fazer um acordo que

represente realmente um avanço em relação àqueles feitos com Argentina, México e Filipinas.

Estou em contato com estes países, ainda ontem recebi o ministro das Filipinas, e todos estão profundamente insatisfeitos com os resultados do acordo que fizeram” — disse.

Por isso é importante, segundo o ministro, o avanço que o Brasil está tentando através de sua proposta baseada não só nos esquemas tradicionais de reescalonamento do principal e dos juros mas, principalmente, na possibilidade de conversão parcial da dívida em títulos diretos. “Através da combinação destas duas fórmulas nós poderemos ir reduzindo a dívida externa, ao passo que o sistema antigo de reescalonamento, que no fundo capitaliza os juros, representava um processo sem fim de aumento do saldo devedor”.

Bresser prometeu mais uma vez não fazer um acordo rápido apenas para atender às exigências da comunidade financeira internacional. “Não podemos fazer um acordo rápido, correndo, só para agradar aos banqueiros, e não faremos isso em hipótese alguma”. Ele acha que os pronunciamentos do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e do presidente do Banco Mundial, Barber Conable, na abertura da assembléia anual, já reconhecem que o endividamento externo é um problema muito grave, exigindo uma solução de prazo muito mais longo que se imaginava a princípio.